

Novo Governo

Meta da ministra Zélia é reduzir a inflação para 10% em apenas cem dias. Por esse cronograma, o índice inflacionário será de 40% em abril, 20% em maio e de 10% em junho.

Prefixação da inflação, a base do pacote.

PAULO FIGUEREDO

A taxa de inflação de abril deverá ser prefixada em 40%, o que representará uma queda real de 50% em relação ao Índice do Preço ao Consumidor (IPC) de março, que ficará em torno de 80%. Segundo uma alta fonte que teve acesso às informações da equipe comandada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a prefixação da inflação para preços e salários será a principal medida do pacote econômico que o presidente Fernando Collor deverá anunciar nas próximas horas.

Dentro da meta já anunciada por Zélia Cardoso de reduzir a inflação para 10% ao mês em apenas cem dias, a programação feita pelos seus assessores deverá seguir o seguinte cronograma: 40% em abril, 20% em maio e uma taxa inflacionária de 10% em junho. É evidente, explica a fonte, que a aprovação final do plano ficará por conta do presidente Collor, mas tudo indica que os níveis do índice inflacionário seguirão esta ordem.

No entanto, para que o programa de estabilização tenha sucesso, raciocina um economista que participou de forma indireta na montagem do plano, é preciso que os salários a serem pagos até o quinto dia útil de abril sejam corrigidos pelo mecanismo da prefixação. Em outras palavras, os salários dos trabalhadores que, em regime de normalidade, seriam corrigidos pela inflação de março — estimada em 80%, sofreriam um tipo de voto, permitindo que fossem reajustados pelo índice prefixado pelo novo governo.

Não seria possível fixar os preços relativos em 40% enquanto os salários seriam reajustados pelo IPC passado de 80%. O pacote simplesmente faria água, pois ao mesmo tempo em que seria reduzido o capital de giro das empresas, os trabalhadores teriam um substancial aumento de poder

aquisitivo, disse o economista.

O principal problema que o ganho real de salário geraria, explica o economista, é que exerceria uma forte pressão na demanda, reaquecendo os focos inflacionários. "Esse filme todos nós já vimos durante o Plano Cruzado, em 1986. A equipe da Zélia está vacinada contra esse problema e não permitirá que haja excesso de liquidez na economia desta vez."

A pergunta que fica no ar é até que ponto a prefixação da economia é diferente do congelamento.

Na prática, ambos agem da mesma forma sobre a economia, mas a diferença é que, no caso da prefixação, o governo não pretende zerar de uma vez a taxa inflacionária. "No Cruzado, a equipe do ex-ministro Dílson Funaro pretendeu reduzir a inflação de 15%/mês para zero. Agora, a ministra Zélia Cardoso quer abalar, no primeiro mês, de 80% para 40%, ou seja, uma queda de 50%."

Dilatar os prazos

O feriado bancário de surpresa pelo Banco Central só serviu para avaliar o pacote de medidas que o governo Collor deverá baixar, no dia 16, para a área financeira. Entre as medidas que o setor acredita que serão aprovadas estão a ampliação no prazo de resgate das cadernetas de poupança de 30 para 90 dias e as operações no overnight serão extintas. Só funcionará o open market com prazo mínimo de sete dias. Os mais prejudicados, sem dúvida, serão os fundos de curto prazo, que deverão também ter os seus prazos de resgate ampliados para uma semana, além de uma tributação mais rigorosa: 40% sobre os rendimentos líquidos nos fundos ao portador (quando o investidor não se identifica) e de 20% para os nominativos. Também está previsto compulsório de 100% para os depósitos à vista e conta remunerada.



Zélia: otimismo com a prefixação de preços e salários.

José Paulo Lacerda/AE

Uma mididesvalorização de 10,72% do cruzado novo. Só para esquentar.

Em virtude do feriado bancário de três dias, o Banco Central decretou ontem também uma mididesvalorização de 10,72% do cruzado novo em relação ao dólar. A cotação da moeda norte-americana para a próxima segunda-feira (dia 19), quando o movimento bancário será retomado, será de NCz\$ 42,294 para a compra e NCz\$ 42,506 para a venda. Isso, evidentemente, se as medidas do novo governo não determinarem desvalorização ainda mais acentuada do cruzado novo, uma vez que o percentual de 10,72% é apenas uma compensação para as minidesvalorizações que deixam de ocorrer durante o feriado bancário.

OPINIÃO